



Câmara Municipal de Arcos

www.camaraarcos.mg.gov.br

Rua 25 de Dezembro, 760 - Centro. CEP 35598-028

CNPJ: 20.896.031/0001-80 (37) 3351 3422 contato@camaraarcos.mg.gov.br

INDICAÇÃO Nº 022/2025

Assunto: Estudo de viabilidade de instituição do “Atestado Responsável” no âmbito da Administração Pública Municipal de Arcos/MG.

Excelentíssimo Senhor
Wellington Francelli Estevão Rodrigues Roque
Prefeito Municipal
Arcos – MG

Visando promover melhorias para o funcionalismo público do Município de Arcos, ***venho sugerir ao Executivo Municipal*** que, por meio da Secretaria Municipal de Administração, realize um estudo de viabilidade acerca da instituição do “Atestado Responsável” no âmbito da Administração Pública Municipal de Arcos.

A implementação dessa modalidade busca modernizar a relação entre o Município de Arcos e seus servidores, adotando uma prática já utilizada em diversos municípios do país: o “Atestado Responsável.”

A medida reduz a necessidade de deslocamentos desnecessários às unidades de saúde, diminuindo filas, evitando sobrecarga no atendimento e permitindo que médicos e equipes se concentrem nos casos realmente urgentes. É uma ação que protege a saúde do servidor e da população.

Além disso, promove transparência, responsabilidade individual e economia ao erário, reduzindo o número de atendimentos destinados apenas à emissão de atestados.

A proposta também reforçará o compromisso do Executivo com o uso eficiente dos recursos públicos, melhorias no atendimento à população, gestão humana e moderna, e valorização do servidor, que passa a contar com um novo instrumento de confiança e responsabilidade.



Câmara Municipal de Arcos

www.camaraarcos.mg.gov.br

Rua 25 de Dezembro, 760 - Centro. CEP 35598-028

CNPJ: 20.896.031/0001-80 (37) 3351 3422 contato@camaraarcos.mg.gov.br

Por se tratar de uma medida simples, eficaz e alinhada às boas práticas administrativas, e uma vez acatada a sugestão, solicito que seja elaborado e encaminhado à Câmara Municipal o projeto de lei que dispõe sobre a instituição do “Atestado Responsável” no âmbito da Administração Pública Municipal de Arcos/MG.

Atenciosamente,

Arcos, 25 de novembro de 2025

ALEX GRACIERES RIBEIRO – “DIDIER”
Vereador



Câmara Municipal de Arcos

www.camaraarcos.mg.gov.br

Rua 25 de Dezembro, 760 - Centro. CEP 35598-028

CNPJ: 20.896.031/0001-80 (37) 3351 3422 contato@camaraarcos.mg.gov.br

ANEXO

PROPOSTA DE PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

*INSTITUI O “ATESTADO RESPONSÁVEL” NO
ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL DE ARCOS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.*

A Câmara Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta do Município de Arcos, o **Atestado Responsável**, documento que permite ao servidor justificar ausência ao trabalho, por motivo de saúde de natureza leve, sem necessidade de apresentação imediata de atestado médico.

Art. 2º O Atestado Responsável poderá ser utilizado nas seguintes situações:

I – sintomas leves, autolimitados, que não exijam atendimento médico emergencial;

II – mal-estar súbito que impossibilite o deslocamento até a unidade de saúde;

III – necessidade de acompanhamento de dependente com problemas de saúde leve;

IV – outras situações previstas em regulamento próprio editado pelo Poder Executivo.

Art. 3º O Atestado Responsável deverá conter:

I – nome completo do servidor;

II – matrícula funcional;

III – data do afastamento;



Câmara Municipal de Arcos

www.camaraarcos.mg.gov.br

Rua 25 de Dezembro, 760 - Centro. CEP 35598-028

CNPJ: 20.896.031/0001-80 (37) 3351 3422 contato@camaraarcos.mg.gov.br

IV – breve descrição do motivo;

V – declaração de responsabilidade administrativa, civil e penal;

VI – assinatura do servidor.

Art. 4º O uso do Atestado Responsável fica limitado a até 3 (três) utilizações por ano, vedada sua apresentação por dias consecutivos, salvo decisão fundamentada da chefia imediata.

Art. 5º Esta declaração não substitui o atendimento médico quando o quadro clínico exigir avaliação profissional, podendo a chefia solicitar laudo médico quando houver reincidência ou dúvida fundada.

Art. 6º A prestação de informação falsa sujeitará o servidor às penalidades administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, definindo modelo oficial e sistema de controle.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arcos, 25 de novembro de 2025.

WELLINGTON FRANCELLI ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL